

FATORES DA ADESÃO AO PROGRAMA MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

FACTORS OF ADHERENCE TO THE INDIVIDUAL MICROEMPREENDEDOR PROGRAM

Flávia Gouveia de Oliveira, Paulo Cesar Bontempo, Mariano Yoshitake e Bento Alves Costa Filho

Recebido em: 30/07/2020
Aceito em: 09/12/2020

emaildoautor@gmail.com

Resumo: Este trabalho objetiva relacionar os tipos de empreendedores que atuam nas feiras livres de Rio Verde, Goiás, com sua adesão ao Programa Microempreendedor Individual. Foi realizada uma pesquisa quantitativa, questionário com questões fechadas e foram realizadas 100 entrevistas com feirantes. Utilizou-se a técnica de análise de correspondência para verificar a existência de associações entre o nível de escolaridade, conhecimento/adesão ao Programa e tipo empreendedor. Observou-se a existência de associação entre as variáveis nível de escolaridade, adesão ao Programa e tipo empreendedor. Uma escolaridade fundamental se relaciona com os empreendedores natos, que normalmente não conhecem o Programa, ou conhecem mas não aderem. Uma escolaridade média se relaciona com empreendedores por necessidade, que geralmente conhecem e aderem ao Programa. Verificou-se também que a escolaridade superior se relaciona com o empreendedor inesperado.

Palavras-chave: Tipo Empreendedor. Microempreendedor Individual. Nível de Escolaridade. Adesão.

Abstract: This work aims to relate the types of entrepreneurs who work in open markets in Rio Verde, Goiás with their adherence to the Individual Microentrepreneur Program. A quantitative research was carried out and questionnaire with closed questions was used to interview 100 vendors. Correspondence analysis technique was used to verify the existence of associations between educational level, knowledge/adherence to the Program and the entrepreneurial type. Association between the variables level of education, adherence to the Program and entrepreneurial type was found. A fundamental education is related to the born entrepreneurs, who normally do not know the Program, or know but do not adhere. A medium level of education is related to entrepreneurs by necessity, who generally know and adhere. It was found that higher education is related to the unexpected entrepreneur.

Keywords: Entrepreneurial Type. Individual Microentrepreneur. Education level. Adherence.

1. INTRODUÇÃO

A crise econômica ocorrida a partir de 2015 no Brasil levou milhões de pessoas ao desemprego. Em muitos casos, a falta de uma perspectiva de recolocação no mercado de trabalho impulsionou pessoas desempregadas a buscar sua sobrevivência através do empreendedorismo, atuando muitas vezes de maneira informal.

O Programa Microempreendedor Individual (MEI) criado em 2008, entrou em vigor em 2009, com o objetivo de permitir a formalização de pequenos empreendimentos, permitindo a inclusão social e previdenciária de empreendedores informais.

O Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, publicado em dezembro de 2006 por meio da Lei Complementar 123, e a sua sucessora, Lei Complementar 128, de dezembro de 2008, que passou a ser conhecida como Lei do Microempreendedor Individual, Lei do MEI, são políticas públicas de apoio a empreendimentos de pequeno porte no Brasil.

Corseuil, Neri e Ulyseia (2014) investigaram se a política do MEI teve êxito em promover a formalização dos empreendedores no Brasil. Os autores evidenciaram que a política teve um impacto positivo na decisão dos empreendedores individuais de contribuírem para a previdência.

Apesar desse impacto positivo e considerando que existem diferentes tipos empreendedores, com perfis socioeconômicos distintos, algumas questões requerem maior investigação. Este trabalho procura responder à seguinte questão: existe associação entre os diferentes tipos empreendedores, os diferentes níveis de escolaridade encontrados entre eles e sua adesão ou não ao Programa MEI?

Este trabalho tem como objetivo identificar junto a empreendedores que atuam nas feiras livres do município de Rio Verde em Goiás, se o nível de escolaridade tem correspondência com o conhecimento/adesão ao programa MEI e com o tipo empreendedor. Para a consecução desse objetivo, foi realizada uma pesquisa quantitativa, com realização de 100 entrevistas com feirantes de Rio Verde, através da utilização de questionário com questões fechadas. Após o estabelecimento das diferenças entre os tipos empreendedores no referencial teórico, foi utilizada para a análise dos resultados a técnica de análise de correspondência para se verificar a existência de associações entre o nível de escolaridade, conhecimento/adesão ao Programa MEI e os tipos empreendedores encontrados na amostra.

Espera-se com este trabalho, contribuir com informações que possam ser úteis aos formuladores de políticas públicas de apoio a empreendimentos de pequeno porte no Brasil.

A seguir é apresentada a fundamentação teórica do trabalho, seguida da metodologia da pesquisa e dos resultados obtidos. Finalmente, são apresentadas as considerações finais do trabalho.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com Bessant e Tidd (2009), para se estudar o empreendedorismo, dois aspectos devem ser levados em consideração: as características e traços pessoais do empreendedor, e os fatores contextuais, como disponibilidade de apoio ou de recursos.

Em termos contextuais, Rocha (2014), identifica que em países em desenvolvimento como o Brasil, o empreendedorismo é visto muitas vezes como uma alternativa ao desemprego em tempos de crise econômica, relacionando-se neste caso a um tipo empreendedor classificado como sendo por

necessidade. A esse respeito, Barros e Pereira (2008), ao realizarem uma pesquisa em 853 municípios mineiros, identificaram a existência de uma relação inversa entre o nível de atividade empreendedora por necessidade e o crescimento econômico.

Ao comparar tipos de empreendedorismo, Rocha (2014) identificou que o empreendedorismo por oportunidade gera um melhor resultado para o desenvolvimento econômico de um determinado país em comparação ao empreendedorismo por necessidade, por estar mais associado à capacidade de inovação.

Para Dornelas (2005), o indivíduo considerado empreendedor é um promotor do desenvolvimento econômico e social, capaz de identificar oportunidades e buscar os recursos para transformá-las em negócio lucrativo. Para o autor, o empreendedorismo é importante para a geração de riquezas dentro de uma nação, pois contribui para a diminuição das desigualdades sociais e promove o crescimento econômico. Dornelas (2005) apresenta uma classificação dos tipos de empreendedores existentes, conforme ilustra o Quadro 1:

Quadro 1 – Tipos de Empreendedores

TIPOS		DESCRIÇÃO
1	Empreendedor Nato (Mitológico)	Começa a trabalhar jovem e adquire habilidade de negociação e vendas. É visionário e compromete-se 100% para realizar seus sonhos.
2	Empreendedor inesperado (Que aprende)	Deparou-se com uma oportunidade de negócio. A decisão ocorre quando é convidado a participar de sociedade ou percebe que pode criar um negócio.
3	Empreendedor Serial (Cria Novos Negócios)	Pessoa dinâmica, prefere os desafios e a adrenalina envolvidos na criação de algo novo a assumir uma postura de executivo que lidera equipes.
4	Empreendedor Corporativo	São geralmente executivos competentes, com capacidade gerencial. Trabalham de olho nos resultados para crescer no mundo corporativo.
5	Empreendedor Social	Envolve-se em causas humanitárias com comprometimento singular. De todos é o único que não busca desenvolver um patrimônio financeiro.
6	Empreendedor por Necessidade	Cria o próprio negócio por não ter alternativa. Geralmente não tem acesso ao mercado de trabalho ou foi demitido, e entra em negócios informais.
7	Empreendedor Herdeiro (Sucessão Familiar)	Recebe a missão de levar à frente o legado de sua família. Aprende a arte de empreender com exemplos da família, e geralmente segue seus passos.

8	“Normal” (Planejado)	Busca minimizar riscos, se preocupa com os próximos passos do negócio, que tem uma visão de futuro clara e que trabalha em função de metas.
---	-----------------------------	---

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Dornelas (2005).

Uma pesquisa publicada pelo Global Entrepreneurship Monitor (GEM) constatou que empreendedores cujos negócios são formalizados, ou seja, possuem o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) diferenciam-se positivamente daqueles que não o possuem, em termos de novidade do produto/serviço, idade da tecnologia envolvida, geração de empregos, orientação internacional e faturamento (GEM, 2018).

Cerca de 50 milhões de brasileiros com idade entre 18 e 64 anos estavam envolvidos na criação ou manutenção de algum negócio, ou seja, mais de 35% da população do país estava empreendendo no ano de 2017. No que diz respeito à motivação, a proporção de empreendedores por necessidade se mantém em destaque, entretanto, houve aumento no número de empreendedores por oportunidade. A mesma pesquisa demonstrou que as principais condições limitantes para uma evolução do empreendedorismo por necessidade para um empreendedorismo por oportunidade no Brasil, são os níveis de educação e capacitação. Dessa forma, a adoção de políticas públicas que estimulem o empreendedorismo por oportunidade é importante para o desenvolvimento econômico brasileiro.

Cho e Honorati (2013) fornecem uma revisão sintética e sistemática da eficácia de vários programas de empreendedorismo nos países em desenvolvimento. Os autores utilizaram uma análise de meta-regressão usando 37 estudos de avaliação de impacto que estavam em domínio público até março de 2012 sobre o design dos programas. Cho e Honorati (2013) observam uma grande variação na eficácia do programa em diferentes intervenções, dependendo dos resultados, tipos de beneficiários e contexto do país. Afirmam que, no geral, os programas de empreendedorismo têm um impacto positivo e amplo para os jovens e para os conhecimentos e práticas de negócios, mas não há tradução imediata para a criação e expansão de negócios ou aumento de renda.

Nogueira e Oliveira (2013) apresentam uma análise crítica das iniciativas vigentes para o desenvolvimento deste segmento no Brasil. Os autores concluem que apesar de o debate ter influenciado a criação de legislação de apoio diferenciado às MPEs, ele não tem produzido diagnósticos mais objetivos que avaliem a efetividade das políticas públicas para este grupo de empresas.

Bruhn (2011) estima os efeitos econômicos de uma reforma recente que simplificou a regulamentação de entrada de empresas no México. Tal reforma foi introduzida em diferentes municípios em diferentes momentos. O autor conclui que a reforma aumentou o número de empresas registradas em 5 %. Este aumento deveu-se à abertura de negócios de ex-assalariados. Antigos empresários não registrados não tinham mais possibilidade de registrar seus negócios após a reforma. A reforma também aumentou o emprego assalariado em 2,2 %. Por fim, os resultados sugerem que a concorrência de novos entrantes diminuiu a receita das empresas estabelecidas em 3 %.

Kaplan, Piedra e Seira (2011) analisam um programa de simplificação burocrática no processo de formalização de firmas no México e encontram efeitos muito reduzidos tanto sobre a formalização de empresas quanto sobre a geração de empregos formais. Estimam que o efeito nas empresas iniciantes de um programa aceleram significativamente o registro da empresa em procedimentos. O programa foi implementado no México em diferentes municípios em diferentes datas. As estimativas sugerem que o

número de novas empresas aumentou cerca de 5% ao mês nos setores elegíveis, sendo que a maior parte do efeito foi temporária, concentrando-se nos primeiros 15 meses após a implementação.

De Mel, Mckenzie e Woodruff (2012) realizaram um estudo no Sri Lanka e também encontraram efeitos muito limitados de reduções nos custos burocráticos e monetários de formalização sobre a taxa de formalização das empresas. Segundo os autores, questões de propriedade da terra são as razões mais comuns para as empresas não se formalizarem.

Fajnzylber, Maloney e Montes-Rojas (2011) realizaram uma pesquisa envolvendo microempresas brasileiras e a introdução de um esquema de redução e simplificação de impostos sobre negócios (SIMPLES) em 1996. Os concluíram que o SIMPLES levou a um aumento significativo da formalidade em várias dimensões. Além disso, as empresas recém-criadas que optaram por operar formalmente apresentaram níveis mais altos de receita e lucro, empregavam mais trabalhadores e consumiam mais capital. Segundo os autores, o custo mais baixo da contratação de mão-de-obra levou à adoção de técnicas de produção que envolviam um local permanente e uma força de trabalho remunerada maior.

Monteiro e Assunção (2012) avaliaram o impacto de um programa de simplificação burocrática e redução de impostos na formalidade entre as microempresas brasileiras através do programa SIMPLES. Os autores documentaram um aumento de 13 pontos percentuais no licenciamento formal entre empresas de varejo criadas após o programa, quando comparadas com empresas de setores ineligíveis. Não foram encontrados impactos nos setores de construção, transporte, serviços e manufatura.

O Microempreendedor Individual (MEI) é aquela pessoa trabalha por conta própria, ou seja, um profissional autônomo. De acordo com o Portal do Empreendedor (2019) o MEI é o pequeno empresário individual que fatura no máximo R\$ 81.000,00 por ano, não participa de outra empresa como titular, sócio ou administrador e exerce uma das atividades econômicas previstas no anexo XI da Resolução GGSN 140/2018.

O MEI deve possuir um único estabelecimento, podendo praticar até quinze atividades secundárias, desde que permitidas na Resolução. Poderá ainda contratar um empregado, com a ressalva de que este receba no máximo um salário mínimo federal ou piso salarial da categoria profissional (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2019).

A pesquisa de Campanha, de Lorenzo, Fonseca, de Oriani e Paulillo (2017) revelou dissonâncias no processo de implementação da Lei do MEI. O Quadro 2 busca estabelecer um paralelismo entre os dois estágios da política pública, confrontando os objetivos pactuados pela lei e as dissonâncias observadas pelos autores no processo de sua implementação.

Quadro 2 Objetivos e dissonâncias da política

Objetivos	Dissonâncias observadas
Permitir a regularização de microempresários que, de outra forma, permaneceriam na informalidade.	Regularização parcial do empreendimento, sem obtenção do alvará permanente, em parte pela inexistência de integração entre os sistemas federal e municipal de regularização jurídica, de outra parte, pela ineficiência da fiscalização.

Objetivos	Dissonâncias observadas
Permitir que as empresas enquadradas como MEI possam gozar de isenções tributárias.	Inadimplência fiscal elevada, por fragilidade de fiscalização, implica formalização parcial.
Ofertar trâmite especial, simplificado, no processo de registro do MEI, além de gratuidade de taxas e emolumentos.	Essa informação não é de conhecimento público, a ponto de serem realizadas cobranças indevidas.
Dispensar a adoção de procedimentos detalhados de contabilidade.	Os contadores dispensam pouca importância aos MEI que atendem.

Fonte: Campanha, de Lorenzo, Fonseca, de Oriani, Paulillo (2017)

De acordo com os mesmos autores, os fatores que comprometem o sucesso da política pública são os conflitos interinstitucionais, brechas e ambiguidades legais e omissão de normas operacionais.

De acordo com o SEBRAE (2019) o MEI se tornou um dos maiores programas de inclusão social do País. De fato, desde que a Lei nº 128/2008 entrou em vigor o número de Microempreendedores Individuais registrados cresceu expressivamente. Nota-se que nesses dez anos o programa tem alcançando cada vez mais pequenos empreendedores brasileiros, gerando renda por todo o Brasil. Considerando a hipótese de que os mais de 9,4 milhões de Microempreendedores Individuais estejam adimplentes com o pagamento de seus tributos, os cofres públicos se beneficiariam com uma arrecadação anual de mais de R\$ 470 bilhões de reais.

Neste artigo é utilizada a técnica de análise de correspondência que, de acordo com Fávero e Belfiore (2015) é uma técnica exploratória, utilizada quando se tem a intenção de estudar associações entre variáveis e entre suas respectivas categorias. A origem teórica da técnica se deu na obra de Hirschfeld (1935). Entretanto, o trabalho desenvolvido por Greenacre (2017), tem sido fundamental para a ampla difusão da técnica. É apresentada uma análise de correspondência entre o nível de escolaridade e o conhecimento/adesão dos entrevistados ao programa MEI, para se estudar as possíveis associações entre essas variáveis e suas categorias. Foi também realizada uma segunda análise de correspondência, desta vez entre as variáveis nível de escolaridade e tipo de empreendedor de cada entrevistado.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi realizada uma pesquisa descritiva, quantitativa e utilizou-se o levantamento (survey) como forma de coleta de dados. De acordo com Gil (2010) as pesquisas de levantamento se caracterizam pela solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado e podem ocorrer de duas formas: censo ou amostragem. O levantamento desta pesquisa ocorreu por amostra significativa com feirantes (Gil, 2010) através de amostragem com feirantes.

O público alvo para realização desta pesquisa foram os empreendedores passíveis de enquadramento como MEI, tendo sido selecionada a população dos trabalhadores que exercem suas atividades nas feiras livres da cidade de Rio Verde, no estado de Goiás, que têm a possibilidade de formalizar sua atividade no programa MEI através da ocupação de vendedor ambulante de produtos alimentícios independente.

O município de Rio Verde está localizado no sudoeste do Estado de Goiás e tem uma população estimada de 235.647 pessoas. É um dos municípios de maior relevância comercial no estado de Goiás, se destacando em primeiro lugar nas atividades relacionadas ao agronegócio (IBGE, 2017). A cidade está inserida em um contexto onde a comercialização de produtos alimentares em feiras livres, historicamente originários da agricultura familiar, é considerada uma tradição.

Em Rio Verde as feiras livres são implantadas, orientadas e supervisionadas pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SMAPA), conforme estabelece o artigo 2º da Lei Municipal nº 6.718/2017. Esta Lei foi criada com o intuito de estabelecer normas para o funcionamento de feiras livres e especiais na cidade. Atualmente, de acordo com o artigo 3º da referida Lei, são comercializados nas feiras livres produtos alimentares, hortifrutigranjeiros, laticínios, carnes e derivados, quintandas e lanches, podendo ser estes in natura, preparados ou semi-preparados, bem como artigos de uso doméstico ou pessoal, manufaturados ou semifaturados.

Estas Feiras funcionam em vias e logradouros públicos ou ainda em terrenos de propriedade do município, sendo preferencialmente utilizados os terminais (espaços públicos com infraestrutura), com autorização, horários e locais previamente estabelecidos pela SMAPA e as secretarias de ação urbana, meio ambiente e agência municipal de trânsito.

O empreendedor interessado em exercer a atividade de feirante deverá ter autorização da SMAPA, que é pessoal e intransferível, revalidada anualmente, de acordo com o calendário fiscal do município.

Ao todo, quinze feiras livres acontecem diariamente em Rio Verde. Foram escolhidas para realização da pesquisa, as de quarta-feira (bairro popular), quinta-feira (setor morada do sol) e sexta-feira (Valdeci Pires). Estas feiras ocorrem nas praças de cada um dos respectivos bairros no período das 17h às 22h e, de acordo com a SMAPA, geram um movimento diário de aproximadamente 1.400 pessoas, com uma população de mais de 500 feirantes atuando nessas feiras, ou seja, um número significativo de empreendedores que podem se beneficiar com a formalização e/ou apontar seus resultados com a adesão ao programa.

Para a realização da pesquisa utilizou-se uma amostra não probabilística por conveniência, que conforme Malhotra (2012) permite ao pesquisador aplicar sua experiência para escolher os participantes respondentes do questionário. Obteve-se uma amostra de 100 feirantes entrevistados, que representa cerca de 20% da população estimada. Os três bairros escolhidos para execução da pesquisa são considerados como sendo os de maior fluxo de pessoas pela Associação dos Feirantes De Rio Verde (ASFERV).

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário com 13 questões fechadas a respeito do perfil sócio econômico dos empreendedores, o tipo de empreendedorismo existente, setor de atuação, conhecimento sobre o programa MEI e a adesão ou não ao programa. Com relação aos tipos de empreendedores existentes, partindo-se da classificação de Dornelas (2005), conforme apresentado no Quadro 1 e considerando que os entrevistados atuam em feiras livres, optou-se no questionário por uma versão simplificada dos tipos empreendedores, conforme segue:

1. Empreendedor por necessidade – cria o próprio negócio por não ter alternativa, sendo que geralmente não tem acesso ao mercado de trabalho e trabalha na informalidade;
2. Empreendedor nato – começou a trabalhar cedo, adquirindo habilidades de negociação e vendas e prefere ter o próprio negócio;
3. Empreendedor herdeiro – recebe a missão de levar a diante o negócio da família;
4. Empreendedor inesperado – depara-se com uma oportunidade, muitas vezes convidado a participar de uma sociedade e percebe que pode criar seu próprio negócio;
5. Outro.

A técnica de análise de correspondência foi utilizada para se verificar a existência de associação entre as variáveis nível de escolaridade, tipo empreendedor e adesão ou não ao Programa MEI. De acordo com Fávero e Belfiore (2015) a técnica de análise de correspondência pode ser utilizada quando as variáveis em estudo apresentam dados categóricos, como as variáveis qualitativas, se deseja pesquisar a associação entre essas variáveis, suas categorias e a intensidade dessa associação. A partir de uma tabela cruzada de dados, a existência de associação estatisticamente significativa entre duas variáveis categóricas pode ser avaliada através do teste qui-quadrado. Assim, dados o número de graus de liberdade e o nível de significância, uma estatística qui-quadrado maior que o nível crítico (ou menor que o respectivo p-valor), indicará que existe associação estatisticamente significativa entre as duas variáveis categóricas, havendo portanto um padrão de dependência entre essas variáveis.

Para que fosse possível realizar a coleta de dados com maior facilidade, foi possível obter a cooperação de duas representantes da Associação dos Feirantes De Rio Verde (ASFERV), a Presidente Sra. Thatiana Fernandes Carrijo e a Tesoureira Sra. Luana Santos Carvalho. A ASFERV é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) com fins não econômicos, fundada em maio de 2017, e tem seu reconhecimento público na Lei Municipal nº 6.965/2019.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

São apresentadas a seguir as informações que compõem o perfil socioeconômico dos empreendedores entrevistados, que exercem suas atividades nas feiras livres do município de Rio Verde.

Verificou-se que 65% dos entrevistados são do sexo masculino e 35% são do sexo feminino. Em relação à faixa etária desses empreendedores, destaca-se que a maioria possui idade entre 41 e 50 anos, correspondendo a um percentual de 36% da amostra. Considerando-se a segunda maior faixa, dos 31 aos 40, que representa 21% dos entrevistados, observa-se que mais da metade dos feirantes têm idade entre 31 e 50 anos.

Ao se analisar a relação entre o nível de escolaridade e o sexo dos entrevistados, observa-se que 3% das mulheres possuem ensino fundamental incompleto, número que sobe para 18% quando observado o público masculino. Quanto ao ensino fundamental completo, essa relação é de 11% das mulheres contra 14% dos homens. A maioria das mulheres possui ensino médio completo (54%), representando uma diferença de 20 pontos percentuais a mais em relação aos entrevistados do sexo masculino (34%). Já no ensino superior incompleto a proporção de mulheres e homens se iguala (9%). Por fim, na amostra pesquisada, observou-se que apenas as mulheres possuem ensino superior completo, o que representa 6% da proporção total do sexo feminino.

Um fato interessante que se destaca é a quantidade de feirantes com nível de escolaridade no ensino fundamental incompleto sendo que, dos 13 entrevistados nessa categoria, 12 são do sexo masculino. Além disso, observou-se que, apesar da quantidade de mulheres entrevistadas ser bem menor, o nível de escolaridade delas supera proporcionalmente ao dos homens.

Os setores de atuação dos feirantes estão divididos em seis categorias: acessórios, alimentação, artesanato, confecções, cosméticos e hortifruti. Verificou-se que a maior parcela dos feirantes trabalha na comercialização de produtos alimentares, sendo estes hortifrutigranjeiros (41%) ou preparados/semi-preparados de alimentação (30%), que juntos totalizam 71% dos entrevistados.

Sobre as atividades praticadas pelas mulheres, foi possível constatar que 60% delas atuam com a comercialização de produtos alimentícios, seja no setor de alimentação (34%) ou hortifruti (26%). Já em relação aos homens, o setor de hortifruti emprega 49% dos trabalhadores do sexo masculino. Em segundo lugar aparece o setor de alimentação, com 28%. Juntos estes dois setores totalizam 77% da atuação dos empreendedores do sexo masculino entrevistados.

No que se refere ao tempo em que os feirantes entrevistados exercem suas atividades de empreendedorismo, verificou-se que 81% da amostra atua nas feiras livres a mais de três anos.

Após traçar o perfil socioeconômico dos feirantes, buscou-se identificar na amostra quais os tipos empreendedores predominam nas feiras livres.

Foi possível constatar que a 50% dos feirantes entrevistados tem um perfil de empreendedor nato, 33% dos feirantes entrevistados são empreendedores por necessidade, 10% são empreendedores herdeiros e 7% são classificados como empreendedores inesperados. Observa-se que na amostra obtida, não foram encontrados empreendedores pertencentes à categoria “outro”.

Foi realizada uma análise de correspondência entre o nível de escolaridade e o conhecimento/adesão dos entrevistados ao programa MEI, com a utilização do software SPSS Statistics 26 (2020).

O nível de escolaridade de cada entrevistado foi classificado como:

Fundamental - entrevistado cursou até o ensino fundamental, completo ou não.

Médio – entrevistado cursou até o ensino médio, tendo completado ou não esse nível.

Superior – entrevistado cursou ensino superior, tendo completado ou não o curso.

Com relação ao grau de conhecimento e adesão ou não ao programa MEI foi adotada a seguinte classificação:

Sim, sou MEI – o entrevistado afirmou conhecer o programa, tendo aderido a ele.

Sim, mas não aderiu – o entrevistado afirmou conhecer o programa, não tendo, entretanto, aderido a ele.

Não – quando o entrevistado afirmou desconhecer o programa MEI

Para a elaboração do diagnóstico sobre a existência de associação estatisticamente significativa entre as variáveis escolaridade e conhecimento/adesão ao programa MEI, foi realizado um teste Qui-quadrado. Conforme ilustra a Tabela 1, o valor-P calculado obtido da estatística qui-quadrado foi consideravelmente menor que 0,05. Portanto, foi possível rejeitar a hipótese nula de que as duas

variáveis se associam de forma aleatória. Ou seja, existe associação estatisticamente significativa, ao nível de significância de 5%, entre o nível de escolaridade e o grau de conhecimento/adesão ao programa MEI.

Tabela 1 - Teste qui-quadrado escolaridade e conhecimento/adesão ao Progra MEI

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	27,380	4	,000
Razão de verossimilhança	30,631	4	,000
Associação Linear por Linear	12,662	1	,000
N de Casos Válidos	100		

Fonte: Dados da pesquisa

Relativamente ao nível de escolaridade Fundamental, observa-se através da Tabela 2 que os resíduos são maiores nas categorias “sim, mas não aderiu” e “não conhece”. Como os valores dos resíduos ajustados nessas células são positivos (2,9) e maiores que 1,96, pode-se concluir que há dependência entre as categorias “escolaridade fundamental” e “sim, mas não aderiu” e “escolaridade fundamental” e “não conhece”.

No que diz respeito ao nível de escolaridade “ensino médio”, observa-se que o resíduo ajustado para a categoria “Sim, sou MEI” é positivo (4,6) e maior que 1,96. Pode-se concluir, portanto, que há dependência entre as categorias “escolaridade de nível médio” e “Sim, sou MEI”.

Tabela 2 - Tabulação cruzada Conhecimento/adesão MEI * Escolaridade

		Escolaridade			
		Fundamental	Médio	Superior	Total
Conhecimento/adesão ao MEI	Contagem	2	40	4	46
	Contagem Esperada	12,0	29,0	5,1	46,0
	Resíduo	-10,0	11,0	-1,1	
	Resíduos padronizados	-2,9	2,0	-,5	
	Resíduos ajustados	-4,6	4,6	-,7	

Sim, mas não aderiu	Contagem	18	20	7	45
	Contagem Esperada	11,7	28,4	5,0	45,0
	Resíduo	6,3	-8,4	2,1	
	Resíduos padronizados	1,8	-1,6	,9	
	Resíduos ajustados	2,9	-3,5	1,3	
Não conhece	Contagem	6	3	0	9
	Contagem Esperada	2,3	5,7	1,0	9,0
	Resíduo	3,7	-2,7	-1,0	
	Resíduos padronizados	2,4	-1,1	-1,0	
	Resíduos ajustados	2,9	-1,9	-1,1	
Total	Contagem	26	63	11	100
	Contagem Esperada	26,0	63,0	11,0	100,0

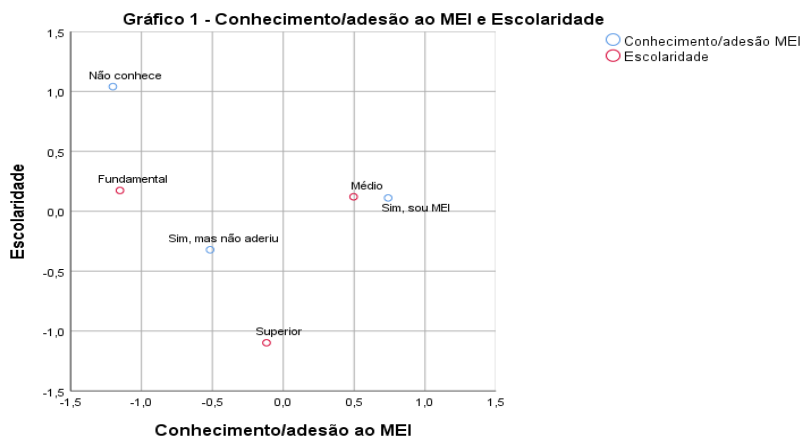
Fonte: Dados da pesquisa

O Gráfico 1 ilustra o mapa perceptual obtido a partir da análise de correspondência realizada entre as variáveis “Nível de Escolaridade” e “Conhecimento/adesão ao programa MEI”. O mapa ilustra a associação entre as seguintes categorias:

“escolaridade nível fundamental” e “sim, mas não aderiu” ao programa MEI

“escolaridade nível fundamental” e “não conhece” o programa MEI

“escolaridade nível médio” e “Sim, sou MEI”



Fonte: análise dos autores. IBM SPSS 26

Foi realizada uma segunda análise de correspondência, desta vez entre as variáveis nível de escolaridade e tipo de empreendedor de cada entrevistado. O nível de escolaridade de cada entrevistado foi classificado conforme já definido: Fundamental - entrevistado cursou até o ensino fundamental, completo ou não; Médio – entrevistado cursou até o ensino médio, tendo completado ou não esse nível; Superior – entrevistado cursou ensino superior, tendo completado ou não o curso. Já, o tipo empreendedor de cada entrevistado foi classificado como já definido: Empreendedor por necessidade, Empreendedor Nato, Empreendedor Herdeiro, Empreendedor Inesperado, outro. Para a elaboração do diagnóstico sobre a existência de associação estatisticamente significativa entre as variáveis, foi realizado um teste Qui-quadrado. Conforme ilustra a Tabela 3, o valor-P calculado obtido foi consideravelmente menor que 0,05 sendo, portanto, possível rejeitar a hipótese nula de associação aleatória entre as duas variáveis se associam.

Tabela 3 - Testes qui-quadrado

	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	20,525	6	,002
Razão de verossimilhança	20,192	6	,003
Associação Linear por Linear	3,780	1	,052
N de Casos Válidos	100		

Fonte: Dados da pesquisa

A seguir, foi estudada a relação de dependência entre cada par de categorias. A Tabela 4 apresenta as frequências absolutas esperadas, os resíduos, os resíduos padronizados, os resíduos padronizados ajustados e os valores totais em linha e em coluna da contagem total e esperada.

Pode-se observar que, quanto ao tipo empreendedor, predominam os entrevistados que são empreendedores natos (50), seguidos por aqueles que são empreendedores por necessidade (33).

Relativamente ao nível de escolaridade Fundamental, observa-se através da Tabela 4 que o resíduo ajustado é maior na categoria “nato”. Como o valor do resíduo ajustado nessa célula é positivo (3,2) e maior que 1,96, pode-se concluir que há dependência entre as categorias “escolaridade fundamental” e “empreendedor nato”.

Quanto ao nível de escolaridade “ensino médio”, observa-se que o resíduo ajustado para a categoria “empreendedor por necessidade” é positivo (2,7) e maior que 1,96. Pode-se concluir, portanto, que há dependência entre as categorias “escolaridade de nível médio” e “empreendedor por necessidade”.

Tabela 4 - Tabulação cruzada Tipo Empreendedor e Escolaridade

		Escolaridade				
		Fundamental	Médio	Superior	Total	
Tipo Empreendedor	Necessidade	Contagem	5	27	1	33
		Contagem Esperada	8,6	20,8	3,6	33,0
		Resíduo	-3,6	6,2	-2,6	
		Resíduos padronizados	-1,2	1,4	-1,4	
		Resíduos ajustados	-1,7	2,7	-1,8	
	Nato	Contagem	20	25	5	50
		Contagem Esperada	13,0	31,5	5,5	50,0
		Resíduo	7,0	-6,5	-,5	
		Resíduos padronizados	1,9	-1,2	-,2	
		Resíduos ajustados	3,2	-2,7	-,3	
	Herdeiro	Contagem	1	7	2	10
		Contagem Esperada	2,6	6,3	1,1	10,0
		Resíduo	-1,6	,7	,9	
		Resíduos padronizados	-1,0	,3	,9	

	Resíduos ajustados	-1,2	,5	1,0	
Empreendedor Inesperado	Contagem	0	4	3	7
	Contagem Esperada	1,8	4,4	,8	7,0
	Resíduo	-1,8	-,4	2,2	
	Resíduos padronizados	-1,3	-,2	2,5	
	Resíduos ajustados	-1,6	-,3	2,8	
Total	Contagem	26	63	11	100
	Contagem Esperada	26,0	63,0	11,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa

Do total de empreendedores entrevistados, apenas 10% puderam ser classificados como empreendedores herdeiros, sendo que a sete deles apresentaram escolaridade de nível médio, dois apresentaram escolaridade de nível superior e um apresentou escolaridade de nível fundamental. Como os resíduos ajustados obtidos para essa categoria são sempre menores que 1,96, pode-se concluir pela não existência de associação significativa entre esse tipo empreendedor e um nível educacional específico para a amostra estudada.

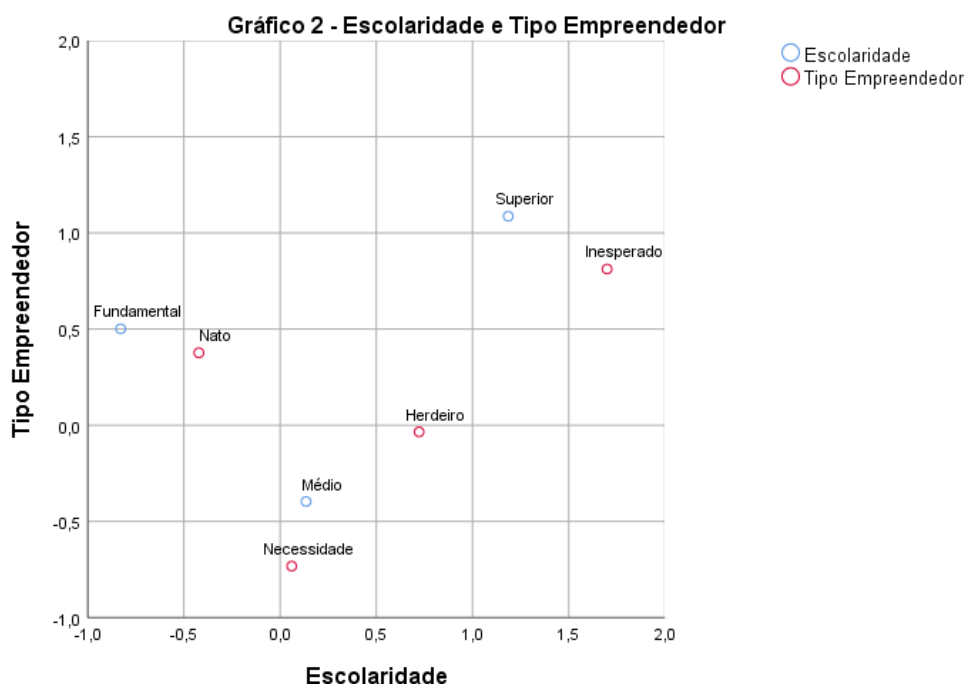
Finalmente, sobre o nível de escolaridade “ensino superior”, observa-se que o resíduo ajustado para a categoria “empreendedor que aprende” é positivo (2,8) e maior que 1,96, sendo, portanto, possível concluir que há dependência entre as categorias “escolaridade de nível superior” e “empreendedor que aprende”.

O Gráfico 2 ilustra o mapa perceptual obtido a partir da análise de correspondência realizada entre as variáveis “Nível de Escolaridade” e “Tipo empreendedor”. O mapa ilustra a associação entre as seguintes categorias:

“escolaridade nível fundamental” e “empreendedor nato”

“escolaridade nível médio” e “empreendedor por necessidade”

“escolaridade nível superior” e “empreendedor inesperado”



Fonte: análise dos autores. IBM SPSS 26

As análises de correspondência realizadas a partir da amostra obtida demonstram, portanto, que, empreendedores com escolaridade fundamental, normalmente são empreendedores natos, ou seja, começam a trabalhar cedo e adquirem habilidade de negociação e vendas. São visionários e comprometem-se 100% para realizar seus sonhos. Esses empreendedores normalmente não conhecem o programa MEI, ou então conhecem o programa MEI, mas não aderem ao programa.

Por outro lado, empreendedores com nível médio, normalmente são empreendedores por necessidade, ou seja, criam o próprio negócio por não terem alternativa. Geralmente não têm acesso ao mercado de trabalho ou foram demitidos e entram em negócios informais. Normalmente conhecem o programa MEI e aderem ao programa.

Finalmente, empreendedores com nível superior, normalmente são empreendedores inesperados. Ou seja, se depararam com uma oportunidade de negócio e sua decisão ocorre quando são convidados a participar de uma sociedade ou percebem que podem criar um negócio. Normalmente não dependem financeiramente do empreendimento, sendo que os frutos do empreendimento constituem uma renda extra.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu caracterizar a maioria dos empreendedores que atuam nas feiras livres de Rio Verde como sendo constituída por empreendedores natos, com grau de escolaridade de nível médio. Quanto ao conhecimento/adesão ao programa MEI, os resultados apontam a existência de associação estatisticamente significativa entre as variáveis nível de escolaridade e conhecimento/adesão ao programa MEI, sendo que foi possível constatar que os empreendedores com nível de escolaridade fundamental estão associados à não adesão ao programa. Futuras pesquisas poderão identificar os motivos pelos quais, esses empreendedores resistem a aderir ao programa. De todo modo, essa constatação indica que um trabalho de divulgação e esclarecimento sobre as vantagens do programa poderia ser desenvolvido localmente com esse público.

Foi também possível constatar a existência de associação estatisticamente significativa entre as variáveis nível de escolaridade e tipo empreendedor. Assim, um nível fundamental de escolaridade se relaciona com o tipo empreendedor nato, enquanto um nível médio de escolaridade se relaciona com o tipo empreendedor por necessidade e um nível de escolaridade superior se relaciona com o tipo de empreendedor inesperado. Pode-se supor que pessoas com nível educacional fundamental tendem a ser empreendedores natos, na medida em que estão excluídos naturalmente do mercado de trabalho formal. Pode-se também supor que pessoas com nível educacional médio, optaram pelo empreendedorismo por necessidade porque perderam seus empregos formais durante a crise econômica dos últimos anos. Finalmente, pode-se supor que pessoas com nível educacional superior, se tornaram empreendedores inesperados ao identificarem uma oportunidade de obterem uma renda extra, além de seus empregos formais. Futuras pesquisas poderão investigar essas suposições.

6. REFERÊNCIAS

BARROS, A.A.; PEREIRA, C.M.M.A. Empreendedorismo e Crescimento Econômico: uma Análise Empírica. RAC, Curitiba, v. 12, n. 4, p. 975-993, 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/rac/v12n4/05.pdf>. Acesso em: 28/02/2019.

BESSANT, J.; TIDD, J. Inovação e Empreendedorismo. Porto Alegre: Artmed Editora, 2009.

BRUHN, M. License to sell: the effect of business registration reform on entrepreneurial activity in Mexico. Review of economics and statistics, v. 93, n. 1, p. 382-386, 2011.

CAMPANHA, L.O.J.A.; DE LORENZO, H.C.; FONSECA, S.A.; DE ORIANI, Paulillo, L.F. (2017). Formulação e implementação, convergências e desvios: facetas da política pública do MicroEmpreendedor Individual (MEI) no plano local. Gestão & Produção, vol.24 no.3, 2017.

CHO, Y.; HONORATI, M. Entrepreneurship programs in developing countries: a Meta regression analysis. IZA Discussion Paper n. 7.333, 2013. Disponível em: <http://ftp.iza.org/dp7333.pdf>. Acesso em 28/02/2020.

CORSEUIL, C.H.L.; NERI, M.C.; ULYSSEA, G. Uma análise exploratória dos efeitos da política de formalização dos microempreendedores individuais. Texto para discussão. Rio de Janeiro, março 2014.

DE MEL, S.; MCKENZIE, D.; WOODRUFF, C. The demand for, and consequences of, formalization among informal firms in Sri Lanka, World Bank Working Paper, n. 5.991, 2012.

DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo na Prática: Mitos e Verdades do Empreendedor de Sucesso. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

FAJNZYLBER, P.; MALONEY, W. F.; MONTES-ROJAS, G.V. Does formality improve micro-firm performance? Evidence from the Brazilian simples program. Journal of development economics, v. 94, n. 2, p. 262-276, 2011.

FÁVERO, L.P.; BELFIORE, P. Análise de dados, técnicas multivariadas exploratórias. Rio de Janeiro, Elsevier, 2015.

GEM. Empreendedorismo no Brasil, 2018. Disponível em:

https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20BRASIL_web.pdf. Acesso em: 28/02/2020.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2010.

GREENACRE, M.J. Correspondence analysis in practice. Boca Raton: Florida, 2017, 3rd ed.

HIRSCHFELD, H.O.A. A connection between correlation and contingency. *Mathematical Proceedings of the Cambridge Philosophical Society*, v.31, n.4, p.520-524, 1935.

IBM SPSS Statistics 26. Software Documentation 2020. Disponível em: <https://www.ibm.com/support/pages/ibm-spss-statistics-26-documentation>. Acesso em 20 de agosto de 2020.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatistica/pnad2017>. Acesso em 08 de março de 2018.

KAPLAN, D. S.; PIEDRA, E.; SEIRA, E. (2011). Entry regulation and business start-ups: evidence from Mexico. *Journal of public economics*, 2011.

MALHOTRA, N. K. (2012). Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MONTEIRO, J.C.M. ; ASSUNÇÃO, J.J. Coming out of the shadows? Estimating the impact of bureaucracy simplification and tax cut on formality in Brazilian microenterprises. *Journal of Development Economics*. Elsevier, vol. 99(1), pages 105-115, 2012.

NOGUEIRA, M.O.; OLIVEIRA, J. M. Da baleia ao ornitorrinco: contribuições para a compreensão do universo das micro e pequenas empresas brasileiras. *Radar: tecnologia, produção e comércio exterior*, n. 25, abr, 2013.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. O Microempreendedor Individual – MEI, 2019 Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>. Acesso em 11 de fevereiro de 2019.

ROCHA, E.L.C. Oportunidade ou necessidade? Um estudo do impacto do empreendedorismo no desenvolvimento econômico. *Revista Gestão em Análise*. Fortaleza, v. 3, n. 1/2, p. 31-46, 2014.